



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011
(Do Sr. Edmar Arruda)

Solicita ao Poder Executivo, mais especificamente ao Ministério da Educação, informações sobre o registro de indícios de descumprimento, por parte de Instituições de Ensino Superior, do Decreto nº 5.518/2005, e do Ofício Circular nº 152/2005, editado por aquele ministério.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Educação, o seguinte pedido de informações:

Em 23 de agosto de 2005, o então Presidente da República editou o Decreto nº 5.518, que promulgou o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul.

Respeitando as disposições contidas no Decreto, que incorporou ao ordenamento jurídico nacional o inteiro teor do citado acordo internacional, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Superior, encaminhou, ainda em dezembro de 2005, o Ofício Circular nº 152/2005-MEC/SESu/GAB para todos os dirigentes de instituições de ensino superior do Brasil.

Através do ofício, o então Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, sr. Nelson Maculan, informou aos dirigentes sobre a ratificação,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)

pelo Brasil, do citado acordo internacional e sua incorporação ao ordenamento jurídico do País. Além disso, o Secretário esclareceu aos dirigentes que o normativo tratava da **admissão automática** de títulos e graus universitários dos Estados Partes do Mercosul para **o exercício de atividades acadêmicas nas instituições definidas no artigo primeiro do acordo internacional**, que assim dispõe:

**ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS
PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL**

Artigo Primeiro

Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Acordo.

[...]

Por fim, o Secretário solicitou para que os dirigentes encaminhassem o texto do acordo internacional aos departamentos competentes das respectivas universidades para conhecimento e a tomada das providências cabíveis, ressaltando que a norma internacional se referia à admissão de diplomas dos Estados Partes **unicamente** para o exercício de atividades de docência e pesquisas nas instituições de ensino superior, e que, para os demais casos, permaneciam os procedimentos definidos da legislação vigente.

Todavia, na condição de Deputado Federal, tomei conhecimento de que alguns diretores e reitores de Universidades brasileiras estariam desrespeitando as leis



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)

ao protelar indefinidamente trâmites burocráticos para a admissibilidade de doutores e mestres que foram titulados em universidades credenciadas pertencentes a países do Mercosul, tendo, inclusive, casos de negativa dos pedidos.

Nesse sentido, o presente requerimento busca coletar as seguintes informações:

a) Se há o registro, formal ou informal, por parte do Ministério da Educação, sobre casos em que dirigentes de instituições de ensino superior do Brasil estariam dificultando ou até mesmo negando a admissão automática, para o exercício de atividade de docência ou pesquisa, a pessoas que tenham sido tituladas nas universidades abrangidas pelo Acordo Internacional promulgado pelo Decreto nº 5.518/2005;

b) O que tem sido ou pode ser feito pelos órgãos governamentais para que haja maior fiscalização, transparência e clareza nos procedimentos de admissão automática, em universidades brasileiras, de pessoas com titulação expedida por universidades abrangidas pelo citado acordo internacional?

c) Quais são as punições previstas para aqueles que inviabilizarem ou protelarem o cumprimento da lei?

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado **EDMAR ARRUDA**
Vice-Líder do PSC na Câmara dos Deputados)